

1 Aos dezoito dias do mês de maio ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, na
2 sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul,
3 quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal,
4 iniciou-se a décima oitava sessão plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de
5 Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre Conselheiras e Conselheiros: Fabián Javier
6 Marin Rueda, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Iolete Ribeiro da Silva,
7 Célia Zenaide da Silva, Júnia Maria Campo Lara, Cleia Oliveira Cunha, Marisa Helena Alves,
8 Jureuda Duarte Guerra, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro
9 Paulo Gastalho de Bicalho, Sandra Elena Sposito, Paulo Roberto Martins Maldos, Paulo José
10 Barroso de Aguiar Pessoa, Rosane Lorena Granzotto. Pedro Paulo abre a Plenária falando que
11 esta será a última reunião antes da APAF de maio de 2018. São 26 pontos de pauta, sendo que um
12 deles é o conjunto de GTs de APAF, que por si só tem 17 pontos. Pedro Paulo sugere trabalhar os
13 pontos urgentes e em seguida focar na APAF. Antes de iniciar, consensua-se que Marisa Helena
14 substituirá Iolete Ribeiro como suplente na APAF em função de disponibilidade de agenda da
15 última. Os pontos são lidos para que o Plenário decida sobre a priorização a partir do critério de
16 urgência e, em não havendo destaque, passam aos pontos da APAF. **4.1: GT APAF – Revisão da**
17 **política de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.** Sobre esse ponto,
18 Ana Sandra informa que houve uma deliberação da APAF de maio sobre as práticas integrativas e
19 complementares aprovando a criação de um observatório, e a divisão das práticas em três grandes
20 grupos. Ana Sandra propõe que este seria um trabalho do CFP, e não do GT. Considera a criação
21 de um grupo internamente. O argumento é que os próprios regionais têm solicitado o
22 posicionamento do CFP com relação a essas práticas. Para não atropelar o GT, Ana Sandra pensa
23 em criar em paralelo uma forma de construir uma posição do CFP para essa pauta. Pedro Paulo
24 informa que esse ponto, além de estar contido no GT, foi pautado como ponto independente pelo
25 CRP 08. Júnia Lara traz uma série de problemáticas sobre a orientação técnica e os vários vieses
26 do GT como, por exemplo, o atravessamento do *coaching*. Acha que não dá para esperar
27 dezembro para soltar uma nota sobre esse tema. Quer que se construa uma nota técnica até
28 agosto, no caso do *coaching*. A sugestão para as outras questões é a mesma forma: que se chame
29 *ad hoc* para cada tema para emitir notas técnicas. O GT está agendado para uma reunião em
30 junho. Mas Júnia Lara não concorda com um trabalho paralelo. Pedro Paulo sugere propor um
31 encontro nacional do CFP com os Regionais para produzir deliberações, no sentido de produzir
32 um encaminhamento prévio e que este possa ser apresentado na APAF. Ana Sandra insiste que
33 esse documento seja produzido internamente com o aval do GT, ao que Júnia Lara acredita que é
34 viável. Ana Sandra propõe que consulte o GT nos termos "Vocês acham pertinente que o CFP
35 faça internamente uma discussão técnica e política para subsidiar o GT?", marcando a posição do
36 CFP. Júnia Lara sugere uma manifestação do CFP contra as PICS que o Ministério da Saúde
37 avaliza sem consultar os Conselhos Profissionais. Ana Sandra sugere juntar o GT com a
38 discussão das PICS. Ana Sandra pergunta ao Plenário se é possível um encontro do Plenário com
39 as comissões técnicas afins a esse tema para começar a formar uma posição. Fica combinado que
40 a Diretoria do CFP e a Gerência Técnica - GETEC decidam uma data para essa reunião interna.
41 Júnia Lara se compromete a dar ciência ao GT desse movimento da Plenária de juntar as frentes e
42 produzir um material técnico sobre o tema. Júnia Lara pergunta o posicionamento da Plenária
43 sobre o encaminhamento do *coaching*, quanto à intenção do GT de elaborar uma nota técnica
44 com a ajuda de profissional *ad hoc*. Esclarece que o profissional *ad hoc* é alguém com
45 conhecimento do código de ética, no sentido de ajudar a balizar a posição do psicólogo enquanto
46 *coach*, reconhecendo que os psicólogos já estão trabalhando com isso, e assim precisam de

J. Aguiar *ME* *D* *R* *PH* *J* *★* *P* *AB* *Marcos* *♀*

47 diretrizes norteadoras. Elizabeth Lacerda entende que já passou da hora de o Plenário tirar um
48 posicionamento próprio sobre a questão do *coach*. Júnia Lara insiste que esse ponto, sendo um
49 GT de APAF, não deve ser deliberado pelo CFP autonomamente. Rosane Granzotto salienta que
50 já há uma nota sobre *coaching* da gestão passada que é o que atualmente orienta os psicólogos
51 sobre o tema, e que é urgente que o atual Plenário se posicione. Rogério Giannini lembra que há
52 uma metodologia de construção de uma nota de posicionamento, reiterando a importância da
53 APAF. Júnia Lara retoma solicitando que o Plenário se coloque quanto à proposta de
54 encaminhamento do GT. Sandra Spósito acredita que dá para o Plenário ter um encaminhamento
55 diferente do GT, sugerindo um seminário interno para deliberar a questão. Júnia Lara pensa que
56 não dá mais para contornar a necessidade de elaborar a nota de orientação. Fica sedimentado o
57 sentimento de urgência do *coaching*, apoiando o encaminhamento do GT. **4.2: Evidenciar a**
58 **resolução nº 18/2002 (estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a**
59 **preconceito e discriminação).** Célia Zenaide apresenta sete pontos encaminhados pelo GT. Entre
60 eles, o lançamento de dois selos, um deles para os Correios. Inaugurar a Campanha e realizar um
61 seminário de lançamento em agosto, de 2018, como marco do dia do psicólogo. Outra proposta é
62 discutir junto aos Regionais formas de atuar. Também realizar um movimento de aproximação
63 com as Comissões da Verdade sobre a escravidão negra no Brasil. E ainda, realizar uma pesquisa
64 interna junto às COEs para saber o quanto a resolução tem sido usada junto às comissões de ética.
65 Bem como publicar uma edição da Revista Diálogos sobre o tema. As imagens da campanha são
66 exibidas e agradam ao Plenário. **4.3: GT APAF – Tesouheiros (assuntos financeiros).** Não é
67 tratado em virtude de a conselheira Norma Cosmo, responsável pelo ponto, não estar presente.
68 **4.4: GT APAF – Laicidade e Psicologia.** Célia Zenaide informa que as decisões são retomar o
69 diálogo com o MEEL (Movimento Estratégico Estado Laico) e fazer uma reunião para julho de
70 2018. **4.5: GT APAF – unificado – PL Osmar Terra – internação forçada de usuários de**
71 **álcool e drogas.** Paulo Aguiar explica que houve uma reunião presencial com cinco CRs. A
72 proposta foi mudar o GT, mas isso acabou sendo redirecionado para o CREPOP e a Frente
73 Nacional de Drogas e Direitos Humanos. O entendimento foi de que o GT perdeu o sentido e de
74 que ele possa ser extinto. **4.6: GT APAF – Psicologia e esporte.** Elizabeth Lacerda fala da
75 grande repercussão que houve em função do suposto assédio de um técnico de ginástica olímpica
76 às suas atletas, e o GT defende que se faça uma nota. Foi pedida ainda uma reunião presencial
77 com os membros do GT, e também uma reunião com todos os representantes de psicologia do
78 esporte dos regionais para março de 2019. Ainda há que se decidir sobre uma pesquisa feita na
79 gestão passada e que não chegou a ser publicada. O próprio GT reconhece que a nota sobre
80 esportes está desatualizada. Há ainda dois projetos de lei em andamento, e há uma solicitação de
81 que seja resgatado o contato com o relator do projeto para defender a posição do Conselho. Ana
82 Sandra esclarece que a fala em nome do CFP é da conselheira Elizabeth, e não do GT, nessa
83 possível interlocução com o Deputado. O Plenário concorda em apreciar a nota sobre abuso e
84 exploração sexual de crianças e adolescentes. A ideia é aproveitar o episódio de assédio para
85 promover orientação. Iolete Ribeiro salienta que a psicologia do esporte é maior que as
86 atribuições do GT, e que pode ser o caso de o CFP tomar a frente em relação à nota, sem
87 depender do GT e da APAF. Ana Sandra salienta que a nota não deva mencionar o caso
88 específico, pois na referida situação a mídia já condenou o suposto abusador, antes de um devido
89 julgamento. Elizabeth Lacerda tranquiliza o Plenário de que o caso referido é o contexto de
90 fundo, mas não foi expressamente mencionado na nota. A nota é lida na íntegra. O Plenário
91 sugere uma série de alterações do texto. Diante da polêmica causada pelo texto, por uma visão de
92 infância que não é plenamente consoante com a posição do Plenário, Iolete Ribeiro pede para ler

93 o texto que ela mesma redigiu a respeito do tema. O texto é projetado e lido. Rogério Giannini
94 aponta que o texto sugerido pelo GT acaba colocando a responsabilização do assédio sobre o
95 psicólogo, que teria denunciado ou deixado de denunciar o caso específico. Acrescenta que o
96 texto trazido pela Iolete Ribeiro seria mais apropriado para o Conselho assumir, ainda que com
97 algumas sugestões. Pedro Paulo indaga sobre a necessidade da existência das notas. Ana Sandra
98 encaminha que a nota proposta pela Iolete seja trabalhada e a seguir emitida autonomamente pelo
99 Conselho Federal, com a possibilidade de a APAF referendar a nota como sendo a posição do
100 Sistema Conselhos. Iolete Ribeiro se compromete a tentar integrar as sugestões até o dia seguinte
101 para que o Plenário possa aprovar em definitivo a nota. Elizabeth Lacerda concorda que a
102 posição do GT de emitir uma nota está contemplada. **4.7: GT APAF – Demandas do judiciário
103 e ministério público aos psicólogos que atuam nas políticas de saúde e assistência social.**
104 Sem deliberações. Jureuda Duarte faz um apelo para que se cobre dos CRs que pedem para
105 participar de GTs que se impliquem nos trabalhos. **4.8: GT APAF – Atuação da psicologia no
106 contexto de medidas socioeducativas.** Ponto não discutido. **4.9: GT APAF – Atuação da
107 psicologia no sistema prisional.** Ponto não foi tratado pela ausência da conselheira Márcia
108 Badaró, responsável por ele. **4.10: GT APAF – Revisão da Resolução CFP 07/2003 (institui o
109 manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de
110 avaliação psicológica e revoga a resolução CFP 17/2002).** O ponto não é tratado devido à
111 ausência da conselheira Andréa Esmeraldo, responsável por ele. **4.11: GT APAF – Estudo e
112 elaboração de uma proposta de implantação de nova carteira de identidade profissional de
113 psicólogo.** Sandra Spósito diz que o que será deliberado na APAF é o modelo das novas carteiras.
114 Os modelos são projetados. O Plenário debate a questão levantada por um membro do GT sobre o
115 logo do CFP presente na carteira, que seria a marca de uma gestão, e que deveria ser retirado. O
116 Plenário entende que se deve manter a logo, que é do Conselho Federal de Psicologia. A maioria
117 decide pelo modelo azul, e ainda solicitam tirar a letra grega psi no canto inferior direito. Sandra
118 Spósito informa que os equipamentos necessários para a viabilização dessa tecnologia será da
119 ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que esse dinheiro ficaria, a princípio, a cargo
120 do CFP. Pedro Paulo esclarece que esse recurso seria oriundo da conta divulgação. Sandra
121 Spósito sinaliza a urgência da aprovação desse ponto para, inclusive, resolver a questão do nome
122 social. **4.12: GT APAF – Diversidade sexual e gênero.** Sandra Spósito informa que há propostas
123 para APAF. Elaborar a nota técnica da resolução nº 01/2018, que Estabelece normas de atuação
124 para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Enviar a nota
125 técnica junto com recomendações. Produzir um posicionamento da psicologia sobre a
126 intersexualidade, inclusive recomendando a não correção genital. Jureuda Duarte aponta que na
127 Região Norte só há um hospital que é referência no atendimento a esses casos, e conta com
128 apenas uma psicóloga, ainda que a prática corrente seja a mutilação. **4.13: GT APAF – revisão
129 da resolução CFP nº 11/2012 (serviços mediados por TIC's).** Rosane Granzotto informa que
130 praticamente tudo que o GT deveria fazer foi concluído, que a resolução já saiu. Faltou alinhar os
131 critérios utilizados pelos CRPs, e avaliar o alcance nas políticas públicas, o que daria sentido à
132 continuidade de existência do GT. **4.14: GT APAF – Eleições.** Paulo Aguiar informa que foi
133 realizada uma reunião presencial e em seguida uma reunião telefônica. A proposta foi finalizada
134 com um ponto ainda a ser discutido em APAF. O CRP 07 insistiu no *ad referendum* da APAF
135 sobre a comissão eleitoral. Os demais pontos foram acordados e será encaminhado para APAF o
136 novo regimento eleitoral. Com isso extingui-se-á o GT. **4.15: GT APAF – Mulheres.** Sandra
137 Spósito informa que o nome será alterado para Políticas para as mulheres. O GT está em processo
138 de alinhamento da discussão e forma de trabalho. O que foi possível avançar foi uma proposta de

Spósito
M. D. P. H.
Abreu
P
3

139 atividades alusivas ao dia internacional da mulher e o dia da visibilidade lésbica. Pretende-se
140 ainda fazer uma revisão da nota técnica sobre a violência contra mulher, decidiu-se elaborar
141 minuta de resolução sobre o tema. Considerou-se que a nota técnica atual viola o código de ética
142 ao obrigar o psicólogo à quebra de sigilo sem considerar os artigos nono e décimo, mas houve
143 dúvida se é possível revogar uma nota técnica. João Diego, assessor jurídico do CFP, coloca que
144 é perfeitamente possível o Conselho mudar o posicionamento, e que não se trata de uma
145 revogação, mas sim de publicar um texto novo. Jureuda Duarte lembra que há uma nota do
146 CREPOP que traz todo subsídio sobre violência contra mulher. Sandra Spósito vai levar o
147 documento para o GT. O GT ainda quer produzir um documento balizando a utilização da escrita
148 gendrada, de caráter sugestivo. **4.16: GT APAF – Revisão da resolução 13/2007 (institui a**
149 **consolidação das resoluções relativas ao título profissional de especialista em psicologia e**
150 **dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro).** Rosane Granzotto informa que foi
151 verificado o andamento da liminar que impede o CFP de habilitar cursos de especialização, e que
152 continua no mesmo ponto. Mas há uma resolução nova sobre o marco regulatório das
153 especialidades do MEC, que não contemplou demandas importantes que vinham sendo
154 discutidas. Quanto ao GT, tentou-se marcar uma reunião que não houve. A proposição da APAF é
155 que se faça uma nova resolução, mas esta questão não está pacificada, e Rosane Granzotto
156 acredita que não se deve mexer na Resolução antes do fim do trâmite judicial. Paralelamente a
157 isso, foi feito concurso para título profissional incluindo todos os estados. Iolete Ribeiro sugere
158 que se extinga o GT até que finde a ação judicial. Rosane Granzotto acredita que o GT pode
159 pensar de forma mais sistemática como avaliar os pedidos de títulos que chegam aos CRs, bem
160 como normatizar como incluir uma nova especialidade. Rosane Granzotto encaminha que para
161 APAF podem ser feitos os informes e discutir a continuidade do GT. Às vinte e uma horas e
162 quinze minutos, foi encerrada a sessão plenária. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
163 Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os
164 presentes acima nomeados e
165 referenciados.

Almeida

A

J

[Signature]

[Signature]

Dequero

Malus

Pin

[Signature]

PH

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]